



## **Jornalismo ambiental, ecologia e consciência<sup>1</sup>**

Ailton Santos SILVA<sup>2</sup>  
Crislayne Marinho da SILVA<sup>3</sup>  
Gustavo Martins BLOHEM<sup>4</sup>

Faculdade do Sul, Itabuna, BA

### **RESUMO**

Este artigo investiga a cobertura da mídia brasileira em relação ao meio ambiente e à ecologia. A pesquisa visa descobrir de que forma é tratado o desenvolvimento sustentável e como a informação sobre desmatamento, queimadas, poluição e lixo é abordada pelos jornalistas das revistas Veja e Época. Procura-se saber ainda se, como um dos canais de transmissão de conhecimento, as revistas vêm sendo mediadoras entre o meio ambiente e a sociedade, com informações sobre as causas e conseqüências da destruição das florestas e fauna brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente; ecologia; mídia brasileira.

### **INTRODUÇÃO**

A corrida pelo “furo de reportagem” tem feito com que o jornalista se preocupe cada vez mais com notícias factuais e dê menos importância para o gênero investigativo e social. Para o escritor e jornalista Leandro Fortes (2005), a produção da notícia com base apenas em entrevistas das fontes, com o confronto das versões dos citados nos relatos, tem deixado o leitor com muitas dúvidas e poucas certezas. Esta observação de Fortes também pode ser usada para uma análise da cobertura da mídia brasileira com relação ao meio ambiente e à ecologia. Quase sempre as notícias sobre estes dois temas são superficiais e isso ocorre até mesmo nas revistas semanais do país, que dispõem de maior tempo para produção das pautas, pesquisa de campo e elaboração de suas reportagens. No Brasil existem três revistas tradicionais, ou seja, as mais antigas que disputam o mercado nacional na área de informação. Istoé, Veja e Época trazem, semanalmente, notícias sobre o cotidiano da sociedade brasileira e mundial, política,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ-JE IV Intercom Júnior – Jornalismo e Editoração, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo da FACSUL, email: ailtonregiao@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo da FACSUL, email: crislaynetititi@hotmail.com

<sup>4</sup> Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo da FACSUL, email: tadomartins@yahoo.com.br.



economia, cultura, comportamento, guerras, tecnologia, ecologia, meio ambiente, religião, esportes, entre outros assuntos classificados pelo critério de noticiabilidade.

Mas escolhemos para esta pesquisa sobre Mídia, Meio Ambiente, Ecologia e Sociedade a versão impressa apenas das revistas *Veja* e *Época*, pois, aparentemente, elas hoje estão melhores estruturadas. A primeira é uma revista fundada em setembro de 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, que hoje não tem mais nenhuma relação com veículo. A *Veja* é a revista semanal de maior circulação no Brasil e é uma das publicações da Editora Abril, que, desde 2006, possui um grupo sul-africano entre seus sócios.

Já a *Época* é publicada desde 1998 pela Editora Globo, que pertence à família Marinho, proprietária de diversos veículos de comunicação no Brasil. O estilo da *Época* é baseado no da revista alemã *Focus*. A publicação valoriza a qualidade de imagem e dá preferência pelos textos mais curtos. Vamos pesquisar qual o tratamento que *Veja* e *Época* dão aos temas meio ambiente e ecologia; observando se esses assuntos são destaques na capa, quais espaços ocupam nas publicações, de que ângulo eles são abordados e se há uma preocupação de conscientizar a população sobre as questões envolvendo as florestas e fauna brasileiras.

A revista *Veja* foi analisada entre os dias 2 e 30 de abril, nas edições 2.054, 2.055, 2.056, 2.057 e 2.058; e a *Época*, de 7 a 28 de abril, nos seus exemplares 516, 517, 518 e 519. Portanto, a segunda revista não saiu com edição antes do dia sete do mês pesquisado. A *Veja* sempre sai com data de quarta-feira, enquanto que a *Época* utiliza a segunda-feira como data da sua publicação, mas ambas chegaram às bancas em Itabuna, no sul da Bahia, aos sábados ou aos domingos.

Antes da análise do conteúdo das publicações, foi feita uma prévia organização das revistas, com levantamento sobre quantas vezes foram feitas matérias ou reportagens abordando assuntos como poluição, lixo, desmatamento, efeito estufa e aquecimento global. Observamos que no período pesquisado as revistas não trouxeram em suas capas assuntos relacionados direto ou indiretamente à ecologia e ao meio ambiente.

Neste artigo não serão analisadas a qualidade e quantidade das fotos publicadas nas edições das duas revistas, nem qual espaço as imagens ocuparam. Nesta pesquisa, também não serão encontrados todos os pontos de vista sobre a cobertura da mídia brasileira em relação ao meio ambiente e ecologia, mas contará com teorias e argumentos consistentes sobre o assunto.



Para elaboração deste estudo, foram selecionados nove exemplares de *Veja* e *Época*, de abril de 2008, sendo cinco deles da primeira revista e quatro da segunda - ou seja, todo o material que elas disponibilizaram para os leitores naquele mês.

## **O DESMATAMENTO AVANÇA**

Desde a década de 60 ambientalistas e pesquisadores das mais diversas partes do mundo têm mostrado preocupação com a forma de desenvolvimento proposto, ou melhor, imposto pelo capitalismo. Percebe-se que o modelo de produzir riquezas vem representando uma verdadeira catástrofe ambiental, pois não há uma preocupação com o desenvolvimento sustentável, a preservação das florestas, as fontes de água doce, as espécies raras de aves e animais ainda encontradas em locais como Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

Os debates no Brasil e em outros países da América do Sul sobre a destruição do meio ambiente e da ecologia, que foram tímidos até 1990, ganharam força a partir da Eco/92. Realizado em junho de 1992 no Rio de Janeiro, o evento reuniu delegações e chefes de estados de 180 países e resultou na elaboração e assinatura de documentos como a Carta da Terra e Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. Hoje, o meio ambiente é abordado diariamente nos fóruns de discussões e a destruição das florestas é motivo de protesto em diferentes partes do mundo.

Percebe-se que existe uma preocupação em conscientizar a sociedade para o grave problema enfrentado com o desmatamento desenfreado provocado pelo homem capitalista, que só pensa no quanto pode lucrar hoje com instalação de mais uma fábrica de automóveis, de computadores ou com produção de soja e criação de gado. No Brasil, as medidas governamentais não têm sido tão eficazes e, cada vez que saem resultados de estudos sobre a situação das matas, percebe-se como a ganância pelo lucro vem destruindo as fontes de riquezas naturais do país.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que até 2005 669,2 mil quilômetros quadrados da Amazônia no Brasil foram desmatados. Naquele ano, a área equivalia a 17,5% da floresta brasileira. Os pesquisadores do Instituto afirmam que a derrubada e a queimada vêm ocorrendo principalmente nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Já os números divulgados em março de 2008 revelaram que, em fevereiro, 725 quilômetros quadrados da Floresta na Amazônia foram desmatados. O número foi



13,4% mais alto do que o registrado em janeiro, quando foram suprimidos 639 quilômetros quadrados. Nos dois primeiros meses do ano foram devastados exatos 1.364 quilômetros quadrados de mata, sendo 88% deles no Mato Grosso, um dos estados que têm a maior produção de soja no Brasil.

O Inpe constatou ainda que em abril deste ano foram desmatados 1.123 quilômetros quadrados da Floresta Amazônica. O levantamento sobre a destruição da área é feito através do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), via satélite. Para os pesquisadores do Inpe e técnicos do Ministério do Meio Ambiente, os números preocupam, pois nos primeiros meses dos anos anteriores o desmatamento foi menos intenso. Os dados sobre a devastação foram abordados de maneira superficial por parte da mídia e ignorados pelo restante.

## **MATA ATLÂNTICA**

Os pesquisadores e ambientalistas brasileiros calculam que em 1500 a Mata Atlântica ocupava uma área de 1.360.000 quilômetros quadrados, o que correspondia a 15% do território brasileiro. Hoje, segundo dados divulgados no dia 26 de maio de 2008, pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Inpe, restam exatamente 7,26% (ou seja, 97.596 quilômetros) da floresta original, que começou a ser destruída com a retirada de pau-brasil pelos portugueses e franceses e, depois, pelos ciclos do café, em São Paulo, e da cana-de-açúcar, na região Nordeste.

A diretora de Gestão do Conhecimento e coordenadora do Atlas pela SOS Mata Atlântica, Márcia Hirota, (2008) avalia que a fragmentação florestal do bioma é um processo extremamente crítico que agrava a proteção da rica biodiversidade existente. Somando todos os fragmentos acima de 3 hectares, existem hoje na Mata Atlântica 234.106 polígonos, que totalizam 142.472 hectares, ou seja, 10,6% de florestas nativas.

É inegável que o descaso do governo brasileiro contribuiu para eliminação de boa parte dos recursos naturais e um dos estados mais atingidos foi São Paulo, que em 1850 tinha 80% do seu território coberto por florestas. Cem anos depois, em 1950, não restava mais que 18% de mata. Além do plantio do café incentivado pelo governo, o gasogênio utilizado nos carros durante a Segunda Guerra Mundial contribuiu negativamente.

O gasogênio era o combustível que alimentava os veículos porque o Brasil ficou praticamente sem combustível entre 1939 e 1945. Os carros tinham em seus porta-malas dois tubos grandes de ferro que queimavam carvão vegetal e formavam o monóxido de



carbono. Para que os veículos e trens circulassem, milhares de árvores foram queimadas.

Os dados da Fundação SOS e do Inpe revelam que a Mata Atlântica é fundamental para 67% dos brasileiros e que mais 120 milhões de pessoas de 3.400 municípios brasileiros dependem dela, principalmente nas questões relativas ao abastecimento de água. Desde 1988, a floresta, assim como a Amazônia, é considerada patrimônio Nacional e é reconhecida como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO).

Os números absolutos mostram que Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia são os estados que mais desmataram nos últimos anos. No primeiro estado, foram eliminados 41.530 hectares de Mata Atlântica e no segundo foram suprimidos 41.349 hectares, contra 36.040 do terceiro. Os demais estados com alto índice de desmatamentos são: Paraná, 28.238 hectares; Mato Grosso do Sul, 10.560 hectares; São Paulo, 4.670 hectares; Goiás, 4.059 hectares; Rio Grande do Sul, 2.975 hectares; Espírito Santo, 778 hectares, e o Rio de Janeiro, com 628 hectares. Os dados são referentes ao ano de 2007.

## **MÍDIA E MEIO AMBIENTE**

A concepção dos teóricos pesquisados para este artigo é que o jornalismo tem um papel social fundamental, sendo responsável por relatar, difundir notícias, acontecimentos, informação e, às vezes, opinar. A mídia é uma ferramenta importante no desenvolvimento da sociedade, no seu caráter educativo e social. Numa época em que qualquer pessoa pode produzir e difundir conteúdos, os veículos impressos semanais são os que contam com melhores condições de aprofundar no assunto que pode se tornar notícia. Eles dispõem de mais tempo para investigação, têm mais espaço para o jornalismo interpretativo e precisam se diferenciar dos demais para sobreviver.

Mas as questões relacionadas ao meio ambiente e à ecologia são tratadas de forma inadequada pela mídia, sobretudo por falta de profissionais especializados. Para o jornalista Roberto Villar Belmonte (1997), a imprensa brasileira quase nunca trata dos problemas ambientais com profundidade. Ele afirma que o meio ambiente é manchete e ganha espaço na mídia quando acontecem desastres ou para noticiar a morte de um ecologista famoso. Belmonte observa ainda que o assunto é abordado quando são divulgados estudos sobre desmatamento na Amazônia e na Mata Atlântica.



O jornalista chama atenção também para a falta de reportagens investigativas sobre as causas de destruição do meio ambiente. Ele afirma que a grande imprensa não desvenda a promiscuidade que existe entre os órgãos ambientais e as indústrias. Também evita debater temas brasileiros, como a falta de saneamento no país. A avaliação de Belmonte foi feita em outubro de 1997, mas pouca coisa mudou nesse aspecto 11 anos depois.

Das revistas pesquisadas, nenhuma publicou no mês de abril deste ano reportagem investigativa denunciando a relação promíscua entre os órgãos de fiscalização e os criminosos. Elas também não fizeram matérias com coberturas amplas sobre a destruição da natureza, revelando quem promove o desmatamento, a quantidade de matas nativas que perdemos aos longos dos anos, quantos infratores foram punidos, o que prevêem as leis brasileiras e quais as possíveis medidas que poderiam ser adotadas para o país preservar o meio ambiente e a ecologia.

No período, que foi escolhido aleatoriamente, a revista *Veja* trouxe, na sua edição de 30 de abril, apenas duas matérias com abordagens superficiais citando o assunto meio ambiente e a ecologia. Em uma delas, cujo título foi “Reserva de Insensatez”, o enfoque é o processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A matéria faz uma retrospectiva da disputa entre índios e fazendeiros e a decisão do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, de demarcar, em 2005, em 3.500 quilômetros a extensão das aldeias Caribe e Aruaque. A floresta foi citada apenas como um pedaço do Brasil em área de fronteira que ficou mais vulnerável com a medida do governo.

Na mesma edição, a *Veja* trouxe uma matéria com a socialite brasileira Ana Paula Junqueira e o milionário sueco Johan Eliasch, que teriam preocupações com a preservação da Amazônia. Quase todo o texto aborda as qualidades positivas do casal e da fortuna de 700 milhões de dólares de Eliasch. O enfoque dado à matéria tenta induzir o leitor a acreditar que o casal é grande defensor do meio ambiente.

Ana e o sueco, que na época que a reportagem foi publicada preparavam-se para se casar, compraram nada menos que 160.000 hectares (ou 1.600 quilômetros quadrados), um pedaço de selva maior do que Londres (1.579 quilômetros quadrados). A matéria em nenhum momento questiona qual o real interesse do casal ter comprado um pedaço intocado da Amazônia, limitando a informar que eles podem obter dividendo no futuro com a venda de créditos de carbono para poluidores.



Os pais de Ana Paula Junqueira são proprietários de fazendas de cana-de-açúcar e gado, no interior de São Paulo. Esse também pode ser um dos objetivos da brasileira e do sueco, mas a jornalista da Veja, Bel Moherdau, em nenhum momento levanta essa possibilidade. Porém, as verdadeiras intenções do casal com Amazônia acabaram sendo reveladas no dia 1º de junho, quando uma reportagem no Programa Fantástico, da TV Globo, mostrou que a compra das terras pelo sueco está sendo investigada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A Agência descobriu que não há nenhuma propriedade registrada no nome de Johan Eliasch, mas que as terras pertencem a um fundo de investimentos registrados nos Estados Unidos, que não permitem acesso aos documentos dos donos das terras. Mas sabe-se que o sueco é um dos sócios do fundo. A matéria do programa semanal mostrou que os projetos que o empresário informa desenvolver na região, que seria com o objetivo de ajudar as comunidades e preservar a área, não existem.

Além de tentar mostrar uma suposta preocupação que o empresário sueco tinha com a Amazônia, a Veja, durante o mês de abril, não trouxe em suas capas (cinco no total) nenhuma reportagem sobre o meio ambiente. A revista deixou de trazer opiniões de especialistas que apontassem políticas que deveriam ser adotadas para evitar a destruição e que falassem das conseqüências para o homem se a poluição e as queimadas seguirem no ritmo atual

Já a Época não publicou em abril qualquer reportagem que fizesse citação direta ou indireta ao meio ambiente e à ecologia nem sobre o aquecimento global, efeito estufa. Ou seja, os assuntos, que constantemente estão na mídia brasileira com enfoques factuais, foram totalmente ignorados pela revista.

## **O CAPITALISMO PREVALECE**

A falta de matérias e/ou reportagens sobre o meio ambiente e ecologia nessas revistas confirmam o que o jornalista Adalberto Wodianer Marcondes (2006) prega. Ele afirma que a mídia se faz de surda diante da necessidade mais profunda de uma reflexão, pois faltam ações que promovam o desenvolvimento sustentável. Para ele, os argumentos para o distanciamento da mídia em relação aos temas referentes à sustentabilidade, vistos como equilíbrio entre as vertentes econômica, social e ambiental, são de toda ordem.

Marcondes afirma que isso ocorre porque a mídia é uma das principais beneficiadas pelo modelo de desenvolvimento baseado nos princípios da sociedade de



consumo. Isto porque a publicidade é uma das mais importantes ferramentas deste modelo e esta é a forma como a mídia se sustenta.

Para o jornalista, medo e preconceito estão entre os motivos para que a mídia, principalmente a imprensa, não abrace os conceitos de sustentabilidade. Ele afirma ainda que o meio ambiente não está presente na grande mídia de forma consistente porque não faz parte da gestão das empresas de comunicação.

Essas observações aplicam-se bem à *Veja* e *Época*, que não contam, pelo menos nas revistas analisadas, com editorias de meio ambiente e ecologia. Os assuntos mais abordados nas revistas pesquisadas são os relacionados à política, ciência e tecnologia, economia, comportamento e cultura.

Foram avaliadas cerca de 1.000 páginas e em apenas quatro na revista *Veja* existiam citações superficiais sobre a Floresta Amazônica. A Mata Atlântica foi totalmente ignorada pelas duas revistas. No período, as duas publicações preferiram os temas relacionados a comportamento, tragédia, saúde e tecnologia. A morte de Isabella de Oliveira Nardoni, de 5 anos, por exemplo, mereceu mais de 20 páginas da *Veja* e da *Época*, sendo 14 na primeira revista. A menina foi jogada do apartamento e os principais suspeitos são o seu pai e a sua madrasta. Isso mostra mais uma vez que até as publicações semanais dão mais espaço para o factual, menos para investigação e para reportagens que levem à reflexão de problemas enfrentados por toda a sociedade.

De acordo com Belmonte, faltam profissionais de imprensa qualificados e preocupados com o meio ambiente e a ecologia. Para ele, as coberturas são episódicas, vulneráveis a situações como acidentes, decisões políticas. O jornalista entende que a cobertura ambiental precisa ser mais complexa e aprofundada porque lida com vidas.

Belmonte defende a criação de um fundo para financiar o jornalismo ambiental por acreditar que a informação é imprescindível para o desenvolvimento sustentável. Para ele, o fundo poderia receber recursos internacionais, do mercado de carbono ou até das multas ambientais. A verba serviria para financiar projetos de comunicação de mídias especializadas e de entidades ecológicas e, também, para capacitação técnica dos profissionais envolvidos com jornalismo ambiental especializado.

A realidade é que os interesses econômicos e políticos têm restringido a cobertura da grande mídia. As poucas editorias de meio ambiente e ecologia que existem em alguns veículos têm sofrido com a superficialidade do jornalismo moderno. Mesmo nas revistas semanais, os assuntos que predominam são relacionados às áreas de política, economia, tecnologia e comportamento. As publicações vão na “onda” de que





o que vende mais é o escândalo, dando preferência aos que envolvem políticos. Esse é um dos motivos para que a destruição do meio ambiente só ganhe as páginas dos impressos quando saem dados oficiais sobre o desmatamento.

Por causa de questões como esta o professor e jornalista Wilson da Costa Bueno (2008) afirma que os veículos de maior alcance vivem à mercê das coletivas convocadas por grandes empresas. Para o jornalista, a grande imprensa brasileira está mais preocupada em se aliar ao capitalismo. Ele afirma que, com raras exceções, a mídia tem usado o meio ambiente como forma de aumentar a audiência, restringindo-se aos acidentes ambientais que integram o circuito viciado da chamada notícia-espetáculo.

Costa afirma que, devido aos compromissos comerciais e políticos, os veículos dão voz apenas aos representantes dos grandes interesses, às fontes oficiais e agem de maneira preconceituosa e desleal com entidades da sociedade civil que exercem vigilância permanente para defender os consumidores.

Para a especialista em Jornalismo Científico pela Unicamp, Eliana de Souza Lima, (2008) os jornais deveriam ser utilizados melhor como instrumento para promover a educação e conscientização das pessoas. Ela alerta que muitos pais que nunca foram à escola poderiam adquirir conhecimento através dos meios de comunicação e retransmiti-los aos filhos, alertando sobre os riscos, por exemplo, de jogar lixo na rua, o que contribui para ocorrências de enchentes e muitos desastres nos centros urbanos.

Lima afirma que poucos têm conhecimentos do que fazer para tratar a água suja dos rios, a água doce. Segundo ela, poucas pessoas têm consciência ambiental e acreditam que a água limpa e disponível existe em abundância, não vai acabar nunca.

De acordo com o jornalista e professor André Trigueiro (2005), o jornalismo ambiental abre caminho para o entendimento sobre a escassez de recursos hídricos. Ele destaca que o consumismo desenfreado, a monumental produção de lixo, o aquecimento global, a destruição acelerada da biodiversidade, a esterilização do solo, o agrupamento insustentável de pessoas em grandes centros urbanos merecem mais espaço na mídia.

Já o coordenador técnico do Inpe, Flávio Ponzoni, afirma que os meios de comunicação poderiam buscar uma aproximação maior com os meios acadêmicos para se informar sobre o que é relevante na questão da preservação do meio ambiente. Ele avalia que tudo parece apenas “moda”, mas tem mais relevância do que se imagina. Para Ponzoni, tentar posicionar a sociedade sobre seu papel no planeta e as conseqüências do uso dos recursos naturais para a sobrevivência de todos seria um ponto fundamental.



## **UMA CONCEPÇÃO**

O advogado ambientalista, escritor e membro do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, Rogério Rocco (2005), entende que na atualidade a expressão “meio ambiente” não se restringe somente à natureza e ao ser humano. Ele afirma que o conceito pode ser dividido em duas partes, com o meio-ambiente natural e o construído pelo homem.

Do ponto de vista de Rocco, o meio-ambiente natural obedece ao entendimento tradicional e já incorporado popularmente. O meio-ambiente construído traz à tona os bens, as obras e aos acervos de valor paisagístico, histórico, artístico, turístico, religioso, arqueológico, etnográfico e cultural. O advogado ambientalista entende que meio ambiente e cultura são temas totalmente associados e que os capitalistas agem para se apropriar do meio ambiente para obter dividendos.

Ele lembra que as transformações sofridas com a degradação das florestas alteram a cultura de uma comunidade. Rocco avalia que a destruição do meio-ambiente provoca o rompimento da cadeia ecológica e social e influencia a formação de futuras gerações, modificando referências e valores comunitários. Essas mudanças começaram no Brasil a partir da chegada dos europeus, há mais de 500 anos. Eles começaram a exportar minérios e madeira, destruindo parte significativa das riquezas naturais brasileiras.

Há cinco séculos a destruição das florestas foi incentivada principalmente pelos exploradores portugueses. A degradação do meio ambiente e da ecologia no Brasil aumentou no século passado com o processo de industrialização do país e a explosão demográfica. Os dados sobre o desmatamento no país, divulgados em março deste ano pelo Inpe, reforçam o ponto de vista do advogado ambientalista.

## **LEIS AMBIENTAIS**

Apesar da destruição das riquezas naturais brasileiras ter começado por volta de 1500, o meio ambiente só ganhou um capítulo exclusivo na Constituição Federal do Brasil de 1988. De acordo com Rocco, antes da nova Carta Magna não havia punições para pessoa jurídica causadora de danos às florestas do país e as leis eram flexíveis com os infratores. Antes de 1988, apenas a pessoa física estava sujeita à lei penal, que se resumia à restrição da liberdade. Mas a lei 9.605/88, de Crimes Ambientais, só entrou em vigor em 1998.



Todavia, muitas leis que definem punições para quem comete condutas lesivas ao meio ambiente são antigas. Rocco afirma que em 1605 foi editado o Regimento sobre o Pau-Brasil, que previa até aplicação da pena de morte para as pessoas que fizessem a exploração da vegetação. Já no século XX, com o intuito de proteger as florestas e a fauna brasileiras, surgiram as principais normas – Códigos Penal e Florestal, Lei de Proteção à Fauna e Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Os resultados mostram que surtiram muito pouco efeito, pois os infratores sempre encontram uma maneira de burlar as leis. Por isso, é rara a condenação de grandes fazendeiros por crimes ambientais. A maioria das punições se resume a multas – muitas delas nem sequer são pagas.

A Legislação Brasileira de Meio Ambiente não é falha apenas nesse aspecto. A Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 prevê que as emissoras de rádio e televisão têm que incluir, obrigatoriamente, em suas programações, textos e dispositivos de interesse florestal, aprovados por órgão competente, no limite mínimo de cinco minutos semanais, distribuídos ou não em diferentes dias. Mas isso não ocorre. O pior é que a lei não faz qualquer referência sobre os impressos. Portanto, a publicação de matérias sobre meio ambiente e ecologia depende da consciência dos editores e donos de jornais e revistas.

Além disso, até o governo às vezes promove o desmatamento ao não impedir os bancos oficiais de concederem empréstimos para projetos que acabam destruindo a Mata Atlântica e Amazônia. De acordo com o presidente da Fundação Pró-Natureza, professor Marc Dourojeanni, (2008) em 1990 o Brasil cortou as linhas de créditos para as pessoas que cometessem crimes ambientais, mas cinco anos depois liberou dinheiro em outras formas de crédito, financiando a pecuária.

Dourojeanni reclama que o Brasil e os governos de outros países da América Latina não são verdadeiros quando apresentam os dados sobre o desmatamento da Amazônia. Ele afirma que os dados oficiais mostram que apenas 15% da floresta foram destruídos, mas observadores independentes consideram que o desmatamento já atingiu mais de 30% dela. Segundo o professor, até 70% da Amazônia já sofreu algum grau de degradação, o desmatamento da área progrediu sem trégua desde 1940 e tem aumentado a cada ano.

Dourojeanni também critica a forma de combate ao desmatamento e destaca que os governos não têm helicópteros, soldados, fiscais suficientes para controlar durante 365 dias por ano os fazendeiros, caboclos, garimpeiros ou madeireiros dispersos no



mato. Ele defende que a legislação ambiental tem que ser revisada e simplificada na essência.

Dourojeanni entende que deve-se evitar os excessos do ambientalismo utópico, que inventa critério e indicadores, certificação florestal, sem levar em conta a realidade e os custos. Ele acredita ser fundamental equilibrar os meios disponíveis no serviço público com a tarefa de aplicar a lei e limitar a área a ser explorada.

O professor lamenta que os países amazônicos tenham demorado muito para exigir compensação pelos serviços ambientais. Para ele, a exigência deveria ter sido feita em 1980, pois o pagamento para floresta protegidas ou remanejadas deve ser usado para aumentar a rentabilidade econômica do remanejamento florestal para produção de madeira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados oficiais revelam que existem pouco mais de 7% de área de Mata Atlântica e que 17% do território da Amazônia no Brasil foram destruídos. Os números são preocupantes, pois na proporção que o desmatamento avança diminui os mananciais de água, desaparecem os animais, as aves e aumenta a poluição do ar. Para um grupo de ambientalistas, pesquisadores e políticos brasileiros, a disputa entre países no futuro será pela a maior floresta do mundo.

Esta previsão pode até não se confirmar, mas o Brasil e os demais países da Americana Latina, donos da Floresta Amazônica, devem ficar atentos para as ameaças que vêm da Europa e, principalmente, dos Estados Unidos. Em uma reportagem publicada no dia 15 de abril, o jornal Norte-Americano *The New York Times* questiona a propriedade da floresta. Com título “De quem é esta floresta amazônica, afinal?”, o jornal diz que “um coro de líderes internacionais está declarando mais abertamente a Amazônia como parte de um patrimônio muito maior do que apenas das nações que dividem o seu território”.

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, aparece na matéria como autor da frase: “ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós”. O texto assinado pelo jornalista Alexei Barrionuevo, correspondente do *Times* no Rio de Janeiro, informa ainda que o Brasil não pode restringir o acesso a sua área de floresta. Como a publicação Norte-Americana é um dos veículos de comunicação mais importantes do mundo, pode realmente existir



muita verdade sobre a informação de que um movimento tenta fazer a Amazônia um território de todos os países do mundo.

Ainda mais grave do que a reportagem do jornal é a cobertura da mídia brasileira, que não buscou esclarecer melhor o assunto. A imprensa se preocupou apenas em traduzir o que o *Times* veiculou e promoveu a repercussão da notícia no Brasil. Faltou uma matéria mais elaborada, uma investigação aprofundada para saber o que está por trás da informação do jornal dos Estados Unidos. Aliás, quando se trata de meio ambiente e ecologia, os meios de comunicação brasileiros quase sempre preferem o factual.

A falta da informação mais elaborada pode estar relacionada ao pouco interesse do receptor ou diminuição dos custos das empresas de comunicação, o que tem deixado as redações cada vez mais vazias. Pode ser ainda por causa da relação de alguns veículos com as empresas que desmatam as florestas, mas em compensação são grandes anunciantes. Isso é tão óbvio quanto à tese de que o jornalismo é imparcial. Não tenho elementos que comprovem que *Veja* e *Época* não invistam no jornalismo ambiental por alguns desses pontos citados, mas a nossa pesquisa confirma que as revistas abordam as questões relacionadas ao meio ambiente de maneira superficial. Isso está comprovado nas cerca de mil páginas publicadas durante o mês de abril.

Além da superficialidade e a até falta de conteúdos ligados à ecologia e o meio ambiente, as revistas não trazem relatos de projetos que promovam o desenvolvimento sustentável. Faltam também reportagens falando das causas e conseqüências, com uma projeção feita por especialistas no assunto sobre como a sociedade estará vivendo daqui a 50 ou 100 anos, se o ritmo de desmatamento seguir acelerado. Esses são apenas alguns pontos ignorados pelas revistas *Veja* e *Época* durante o período pesquisado.

## REFERÊNCIAS

- BARRIONUEVO, Alexei. “**De quem é a Amazônia, afinal?**”. Disponível em [http://ultimosegundo.ig.com.br/bbc/2008/05/18/de\\_quem\\_e\\_a\\_amazonia\\_afinal\\_diz\\_ny\\_times\\_1317372.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/bbc/2008/05/18/de_quem_e_a_amazonia_afinal_diz_ny_times_1317372.html). Acesso em 27 de mai.2008.
- BELMONTE, Roberto Villar. **Oficina de Jornalismo Ambiental-Corredor Central da Mata Atlântica**. Porto Seguro, 2006. E **O jornalismo ambiental-evolução e perspectiva**. Rede Minas, 1997.
- Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>>. Acesso em 11 de mai. 2008.
- BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática. Comunicação em Agribusiness & Meio Ambiente**. Disponível em: <[www.jornalismoambiental.com.br/agricoma/artigos/jornalismo\\_ambiental/artigo1.php](http://www.jornalismoambiental.com.br/agricoma/artigos/jornalismo_ambiental/artigo1.php)>. Acesso em 21 de abr.2008.



- CAMARGO, Zeca; POETA, Patrícia; CERIBELLI, Renata. **Um pedaço da Amazônia em mãos estrangeiras.** Disponível em <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1682324-4005-835319-0-01062008,00.html>. Acesso em 3 de jun.2008.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo.** São Paulo. Contexto. 2005.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento da Floresta Amazônica por satélite.** Disponível em <http://www.inpe.br/>. Acesso em 1º de Jun. 2008.
- MARCONDES, Adalberto Wodianer **Oficina de Jornalismo Ambiental-Corredor Central da Mata Atlântica.** Porto Seguro, 2006.
- MARC, Dourojeanni. **Por que continua a destruição das Florestas Tropicais?** Disponível em: [http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo\\_detail.cfm?id=261528](http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.cfm?id=261528). Acesso em 25 de mai.2008.
- PONZONI, Flávio; HIROTA, Márcia. **SOS Mata Atlântica e INPE divulgam dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica.** Disponível em <http://www.sosmatatlantica.org.br>. Acesso em 3 de jun.2008.
- ROCCO, Rogério. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente.** Rio de Janeiro. DP& A Editora, 2005.
- ROCHA, Ana Augusto; FELDMANN, Fábio. **A Mata Atlântica é aqui. E daí?.** São Paulo. Terra Virgem Editora, 2006.
- SOUZA, Eliana. **A importância da mídia na conscientização ambiental.** Portal do Jornalismo Científico, 2002.  
Disponível em: [http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_ambiental/artigo2.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_ambiental/artigo2.php). Acesso em 4 mai.2008.
- TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável- Abrindo espaço na Mídia para um Planeta em Transformação.** Rio de Janeiro. Editora Globo, 2005.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRIGUEIRO, André; NOVAES, Washington. Meio Ambiente na Idade Mídia Agenda 21: Um novo modelo de civilização In: Trigueiro, André. (org). **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.